

Procedômio Advocacia e Assessoria Jurídica
Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI Nº 12. 813

PROCURAÇÃO AD JUDITIA

OUTORGANTE: MARIA CLARA DE MORAIS GONÇALVES PEREIRA		
Nacionalidade:	Estado Civil:	Profissão:
Brasileira	SOLTEIRA	Autônoma
RG nº: 3.919.090	CPF/MF nº: 072.614.593-99	
Endereço: RUA ANTONIO MONTEIRO N° 410, BAIRRO: SÃO JOAQUIM TERESINA-PI		

OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA	
Nacionalidade: Brasileira (o)	Estado Civil: Solteiro (a)
RG nº: 2.684.877 - SSP/PI	RG nº: 1.457.994-SSP/PI
CPF/MF nº: 023.365.163-02	CPF/MF nº: 703.754.703-44
Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito	OAB/PI Nº 12.813.
Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI (CEP: 64019-330).	

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUEPER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor Ação de Cobrança de Cobrança de Indenização de Seguro DPVAT por Invalidez Permanente Advindos por Acidente de Trânsito.

Teresina - PI, 07 de janeiro de 2019.

Maria Clara de Moraes Gonçalves Pereira

- Outorgante -

Rua Henrique Dias, Nº 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com

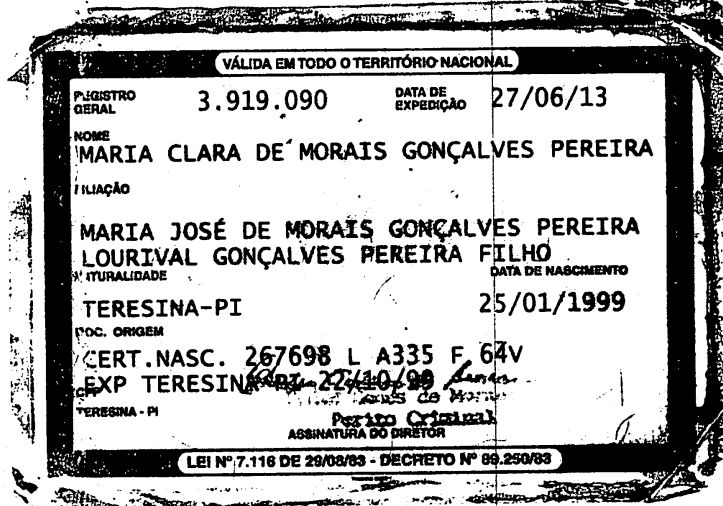




DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

01 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro-Norte CEP: 64.002-470
Teresina





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **072.614.593-99**

Nome: **MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES PEREIRA**

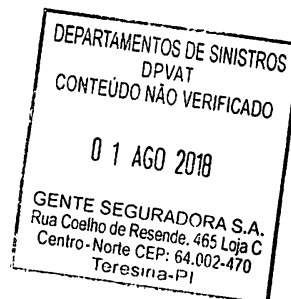
Data de Nascimento: **25/01/1999**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **27/06/2013**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **12:59:49** do dia **30/07/2018** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **E7FA.54F3.3F4C.4074**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



**Águas de
Teresina**

Nossa água muito bem tratada

Av. Odilon Araújo, 2035, Piquarra - CEP 64017-280, Teresina - PI
Telefone: 0800 223 2000 ou 115 / (86) 98124-3199

TC 1.3L
20160717062960

1337

NOME/ENDEREÇO
MORADOR MARIA DOS ANJOS ALVES DA COSTA
RUA ANTONIO MONTEIRO, 420-SAO JOAQUIM-TERESINA-PI-cep:64005290

LOCALIZAÇÃO
007-00010-000305

GRUPO
010

NÚMERO DO HIDROMETRO
A14N297485

HISTÓRICO DE CONSUMO			ECONOMIAS - CATEGORIAS / TIPO TARIFA	
MÊS / ANO	LIDO	ENTURADO	1 Residencial - Normal	
85/2018 Lido	10	10		
84/2018 Lido	08	10		
83/2018 Lido	08	10		
82/2018 Lido	09	10		
81/2018 Mínimo	09	10		

DATA
ANTERIOR 13/06/2018 234

LEITURA
ATUAL 17/07/2018 241

CONSUMO MÊS M3
10

LB 12.741/2012
PS.PASSE 40,71 x 1,65% = 0,67
CORRE 40,71 x 7,60% = 3,09

TABELA DE TARIFAS		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DA FATURA	
RESIDENCIAL	VALOR DE CONSUMO M3 E (%)	VALOR REFERENTE ÁGUA - 26,51	VALOR
10	2,6518 50	> Residencial-Normal	10,0 m3 26,51
18	25 4,9400 50	VALOR DE ESGOTO - 13,26	
25	9999999 3,5380 50	> Residencial-Normal	10,0 m3 13,26
		JUROS POR ATRASO	06/2018 0,10
		MULTA POR ATRASO	06/2018 0,84

NÃO RESIDENCIAL	
TAXA DE CONSUMO M3 E (%)	

IRREGULARIDADES / ANOMALIAS

INFORMAMOS QUE SUA LIGAÇÃO DE ÁGUA PODERÁ SER MODIFICADA CASO NÃO ESTEJA DEVIDAMENTE DE ACORDO COM OS PADRÕES.

NOTIFICAÇÃO

Após 30 dias do vencimento, o não pagamento desta fatura ocasionará a suspensão dos serviços, conforme Lei Federais nº. 11.445/2007, Art. 40, Inciso V e nº. 8.987/95, Art. 6º, §3º, Inciso II.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E QUÍMICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PRC Nº 5, 28 DE SETEMBRO DE 2017, ANEXO XX)

PARÂMETRO	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	MÉDIA / MÊS	VALOR PERMITIDO
CLORO LÍQUIDO	2431	2413	18	1,23	0,20-5,00 mg/L
COR APARENTE	2531	2039	492	9,68	Inferior a 15,0
PH	2629	2615	14	6,77	6,00-9,50
TURBIDEZ	2624	2419	205	2,24	Inferior a 5,00

CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PRC Nº 5, 28 DE SETEMBRO DE 2017, ANEXO XX)

PARÂMETRO	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	MÉDIA / MÊS	VALOR PERMITIDO
COLIFORMES TOTAIS	753	730	23	Ausente	Ausente
ESCHERICHIA COLI	753	753	0	Ausente	Ausente

DATA DA EMISSÃO: 17/07/2018 HORA DA EMISSÃO: 06:29

DEPARTAMENTO DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

01 AGO 2018

AGENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002-470
Teresina-PI

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES PEREIRA		
Brasileiro (a)	SOLTEIRA	Autônoma
RG nº: 3.919.090	CPF/MF nº: 072.614.593-99	
Endereço: RUA ANTONIO MONTEIRO N: 420 BAIRRO: SÃO JOAQUIM. TERESINA-PI		
<p>DECLARA para os fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <u>998,00 (novecentos e noventa e oito reais)</u> e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexadas a esta presente declaração.</p>		

Teresina-PI, 07 de junho de 2018.

x Maria Clara de Moraes Gonçalves Pereira
(CPF 072.614.593-99)





ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.

Senhores(as) Juízes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,

Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.
Assunto...: ENCAMINHAMENTO
Título....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDDENHAÇÃO/CNJ.
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

De ordem,
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Antônio Paes Landim Filho
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico
CEP 64000-830
Teresina-PI

Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí
Fonê: (86) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público¹ e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

Data vênia, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da

¹ A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800





Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.

2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.

3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA



PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

CLASSE: Pedido de Providências

REQUERENTE: EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

RÉU:

CERTIDÃO

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

ANTONIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA

REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ

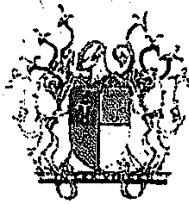
PARECER

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação



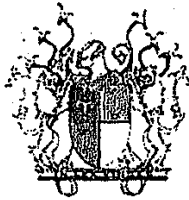


**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii*) em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv*) nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v*) a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi*) tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii*) a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix*) em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

In casu, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

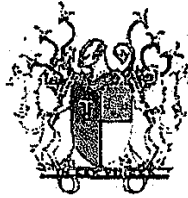
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

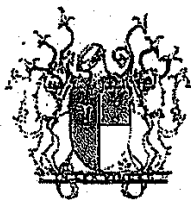
II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

"DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99."

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

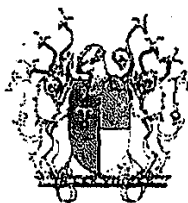
(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

verbis:

PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

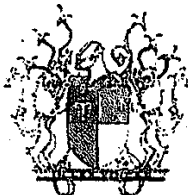
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar
concorrentemente sobre:
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Agora o ~~proposto~~
Parecer, de Conselho
Técnico de Engenharia
Civil de Inter. Pi, para
atendimento - que seja
informação, para ~~os~~
os fins de direito.



HOSPITAL MED IMAGEM
CNPJ: 63.326.243/0001-34
Rua RUA PAISSANDU, 1862, CENTRO | CEP: 64.001-120
TERESINA - PI Fone (86) 3131-1234 :: Email: atendimento@medimagem.com.br
Diretor Técnico:

Atendimento: 2264038
Paciente: MARIA CLARA DE MORAIS GONÇALVES PEREIRA
Endereço: RUA FRANCISCO PIMENTEL CUNHA, 707 MAFRENSE, 64000000, TERESINA
Data de emissão: 01/10/2018 17:57:18

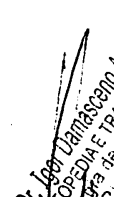
RECEITA MÉDICA

RELATORIO MEDICO

Paciente refere acidente de trânsito (moto) em 09/10/17, evoluindo com fraturas no pé D, submetida à osteossíntese do 2, 3, 4 e 5 metatarsos direitos em 10/10/17, deve evitar esforços físicos no pé D.

CID S92.3

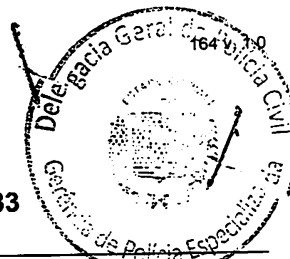

Igor Damasceno Araújo
CRM 3802


Dr. Igor Damasceno A. Araújo
Ortopedia e Traumatologia
CRM 3802
RUA 2, 3802 FORT 132/30





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.002194/2018-83

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Cláudio Costa De Sousa

Data/Hora: 27/06/2018 - 09:33

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

AV. RAUL LOPES, Nº:

Complemento

Bairro

NOIVOS

Ponto de Referência

TERESINA SHOPPING

Data/Hora

09/10/2017 - 17:00

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: MAYKON DOUGLAS RODRIGUES PEREIRA

RG: 3971361 SSP PI

Mãe: VANDA MARIA BEZERRA RODRIGUES

Pai: FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

Endereço: RUA MONTEIRO LOBATO, VILA CARLOS FEITOSA, Nº 347

Bairro: SÃO JOAQUIM

Cidade: TERESINA

Telefone(s): 86-9435-0581

Tipo Envolv.: CONDUTOR DE VEICULO/Noticiante

Nome: MARIA CLARA DE MORAIS GONÇALVES PEREIRA

RG: 3919090 PI

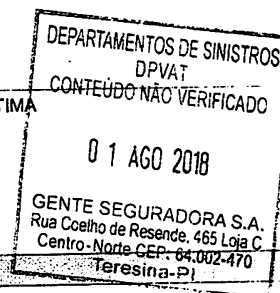
Mãe: MARIA JOSÉ DE MORAIS GONÇALVES PEREIRA

Endereço: O MESMO DO NOTICIANTE, Nº

Bairro: SÃO JOAQUIM

Cidade: TERESINA

Tipo Envolv.: VITIMA



NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

RELATO DA OCORRÊNCIA

O NOTICIANTE RELATA QUE CONDUZIA A MOTO HONDA/CG 160 TITAN EX, PLACA PIK-5060-PI, COR VERMELHA, RENAVAM 01074265162, PROP. DE STERLAN DIEGO FEITOSA DE OLIVEIRA, E QUE TRAFEGAVA PELA VIA CITADA, SENTIDO NORTE, QUANDO UM AUTOMÓVEL DE PLACA NÃO IDENTIFICADA, COLIDIU NA TRASEIRA DA MOTO, PROVOCANDO A QUEDA DA VITIMA MARIA CLARA DE MORAIS GONÇALVES PEREIRA, PASSAGEIRA DA MOTO. FOI SOCORRIDA PELO SAMU E LEVADA PARA O PRONTOMED ADULTO. (PRONT. 381.442). DECLARAÇÕES DO NOTICIANTE.

Cláudio Costa De Sousa - Mat. 1085166
AGENTE DE POLÍCIA

MAYKON DOUGLAS RODRIGUES PEREIRA
MAYKON DOUGLAS RODRIGUES PEREIRA - Noticiante
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia

Boletim de Ocorrência emitido em: 27/06/2018 09:34 - SisBO@2011-2018 ATI

Página 1/1



Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 05/03/2019 19:02:51
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19030519025169000000004260006>
Número do documento: 19030519025169000000004260006

Num. 4428458 - Pág. 2



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU



SAMU
192

Dados do Chamado	01 Nº do chamado	02 Data do chamado	03 PRO (código)	04 Saída do PA	05 Chegada ao local
	06 Saída do local	07 Chegada ao 1º hospital	08 Saída do 1º hospital	09 Chegada ao 2º hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço	11 Bairro	12 Município-UF	Código IBGE	
	13 Ponto de referência				
Dados do Paciente	14 Nome	15 Sexo	1 - Masculino 2 - Feminino 9 - Ignorado		
	16 Idade	Se idade ignorada, preencha com 999	17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica?	1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado	
Tipo de Ocorrência	18 Tipo de ocorrência	11 - Queda 12 - Urgência clínica 13 - Urgência obstétrica 14 - Transferência 15 - Exames complementares			
	01 - Acidente de transporte 02 - Agressão física-espantamento 03 - Agressão física-FAF 04 - Agressão física-FAB 05 - Urgência psiquiátrica	06 - Tentativa de suicídio 07 - Envenenamento 08 - Afogamento 09 - Queimadura 10 - Choque elétrico	16 - Outros 17 - Já removido 18 - Falso chamado		
Acidente de Transporte	19 Vítima	20 Meio de locomoção	21 Outra parte envolvida	22 Equipamentos de segurança	
	1 - Pedestre 2 - Condutor 3 - Passageiro 9 - Ignorado	1 - A pé 2 - Automóvel 3 - Motocicleta 4 - Bicicleta	1 - Automóvel 2 - Motocicleta 3 - Ônibus/Micro-ônibus 4 - Bicicleta	5 - Objeto fixo 6 - Animal 7 - Outra 9 - Ignorado	
Exame Físico	23 Glasgow = 15	RESPOSTA VERBAL	RESPOSTA MOTORA	24 Sinais Vitais	25 Local da lesão
	ABERTURA OCULAR 4 - Espontânea 3 - À voz 2 - À dor 1 - Nenhuma	5 - Orientada 4 - Confusa 3 - Palavras inapropriadas 2 - Palavras incompreensíveis 1 - Nenhuma	6 - Obedece a comandos 5 - Localiza dor 4 - Movimento de retirada 3 - Flexão anormal 2 - Extensão anormal 1 - Nenhum	Pulso 90 Resp. 150/100 PA 150/100 TAX. 98 SatO2 98	
Assistência	26 Pupilas	27 Pulso	28 Sangramento	29 Dor	30 Fratura
	1 - Iguais 2 - Desiguais 1 - Cheio 2 - Fino 3 - Ausente	1 - Igual 2 - Desigual 1 - Cheio 2 - Fino 3 - Ausente	1 - Sim 2 - Não	1 - Sim 2 - Não	1 - Sim 2 - Não
Hospital de Destino	31 Procedimentos realizados	32 Hospital de Destino	33 Condições de entrada	34 Óbito	
	1 - Sim 2 - Não Aspiração Oxigênio Curativos Prancha longa/curta Colar cervical Kred Imobilização de extremidades Reanimação cardiopulmonar Assistência obstétrica Glicemia Acesso Venoso Medicamentos a) b) c)	Hospital ProntoMed	1 - Melhorado 2 - Piorando 3 - Inalterado	1 - Sim 2 - Não Antes do socorro Antes do transporte Durante o transporte	
Observações Interdisciplinar	Paciente vítima de queda de moto. Consciente, orientada, física, eufórica, acianótica, passageira, com capacete, não alvejada. Relata dor com restrição de movimentos em MIE.				
	CONFERE COM O ORIGINAL Márcia Veloso Cantanhede Gerente Administrativa SAMU				
Responsável pela recepção		Socorristas Médico AE/TE		Enfermeiro Condutor	
		S. J. Pereira		F. Castro	

Versão: 27.11.2011

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Sterlan Diego Feitosa de Oliveira,

RG nº 3.200.907, data de expedição 07/11/97,

Órgão SSP-PI, portador do CPF nº 065.724.803-03, com

domicílio na cidade de teresina, no Estado de

Piauí, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

monteiro labato, nº 389,

complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo

mentionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a

vítima maria clara de morais pereira cujo o condutor era

maykon Douglas Rodrigues Pereira

Veículo: Honda moto

Modelo: Honda/cb 160 titan EX

Ano: 2015

Placa: PIK-5060

Chassi: 9C2KC22106R024706

Data do Acidente: 07/10/2017

Local e Data: teresina-PI 26/06/2018

Sterlan Diego Feitosa de Oliveira
Assinatura do Declarante

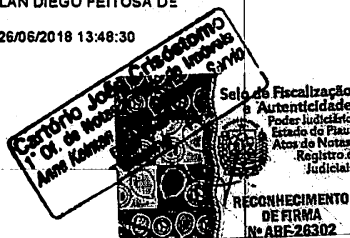
MAYKON DOUGLAS RODRIGUES PEREIRA

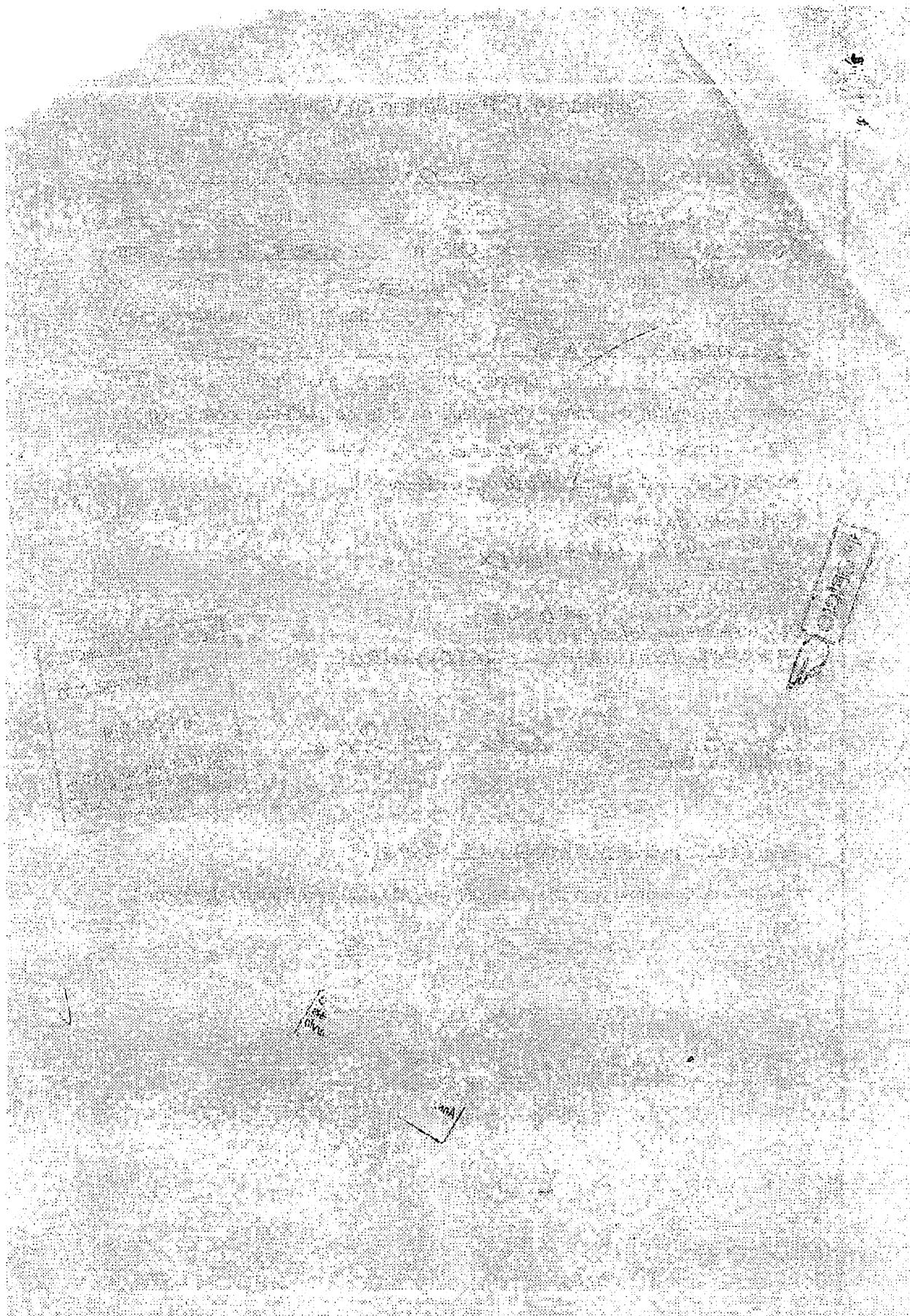
Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO - JOÃO CRISÓSTOMO - 4º OFÍCIO - 2ª CIRCUNSCRIÇÃO
Rua Lisandro Nogueira, nº 1155 - CEP 64005-203 - Fones: (86) 3221-7513 / (86) 3221-2034 - Teresina - Piauí - E-mail: labjci@uol.com.br

RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE STERLAN DIÉGO FEITOSA DE OLIVEIRA
EM TEST. _____ DA VERDADE. DOU FÉ. TERESINA, 26/06/2018 13:48:30

ANNE KULMAN MACHADO DA SILVA - ESCRIVENTE
E-mai: 3.71 1j: 0.74 Selo: 0.25 Total: 4.70







PRONTOMED ADULTO
Prescrição Eletrônica Paciente



938656

Paciente	MARIA CLARA DE MORAIS GONÇALVES PEREIRA	Atendimento	938.656	Prontuário	381.442
Nascimento:	25/01/1999 19a 1m 12d	Convênio	MEDPLAN / APARTAMENTO		
Data Entrada	09/10/2017 17:59:46	Liberção	09/10/2017 20:59:06	Prescrição	810127
Médico Resp	Dr. Clebio Guimarães de Oliveira Filho (CRM 2311)	Data Prescr.	09/10/2017 20:56:00		
Prescritor	Alisson Martins Granja Cavalcanti (CRM	Validade	09/10/2017 20:56:00 / 10/10/2017 19:59:59		
Gula	79357997	Senha	79357997		
Matríc. Conv.	27241800				

Diretor Técnico Médico:

Data de Emissão: 09/10/2017 18:07 09/10 18:08

EVOLUÇÃO MEDICO PA

Diagnóstico: T07

Anamnese / Quadro Clínico:

acidente motociclistico produzindo politraumatismo
consciente orientada
hemodinamicamente estavel
bom padrao respiratorio

Procedimentos/Serviços/Exames

Qtd / Intervalo

Material

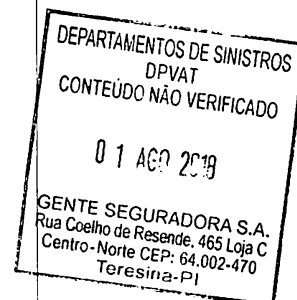
1 TC Articulação

Agora.

FRATURA MULTIPLA DE PÉ

Lado: Direito

Dr. Alisson Martins Granja Cavalcanti
CRM 5843



Impresso em 09/03/2018 16:23:11

Página 1

ALISSONM / MedicoP

Pronto Atendimento - PMA EMERGENCIA

Paciente: MARIA CLARA DE MORAIS GONÇALVES

leito/quarto:





PRONTOMED ADULTO		FICHA DE ATENDIMENTO	
938944		938944	
MÁRIA CLARA DE MORAIS GONÇALVES PEREIRA		MÁRIA CLARA DE MORAIS GONÇALVES PEREIRA	
Paciente		Paciente	
Nascimento: 25/01/99 18h 8m 14d		Nascimento: 25/01/1999	
Estado Civil: MEDIAN		Estado Civil: MEDIAN	
R.G.O.N.: 391.909.0		R.G.O.N.: 391.909.0	
Endereço: FRANCISCO PIMENTEL CRUZ, 717 MAFRENSE Teresina		Endereço: FRANCISCO PIMENTEL CRUZ, 717 MAFRENSE Teresina	
Nome da Mãe: MARIA JOSE DE MORAIS GONÇALVES PEREIRA		Nome da Mãe: MARIA JOSE DE MORAIS GONÇALVES PEREIRA	
Procedimento: LOURIVAL GONÇALVES PEREIRA FILHO		Procedimento: LOURIVAL GONÇALVES PEREIRA FILHO	
Responsável: MARIA CLARA DE MORAIS GONÇALVES PEREIRA		Responsável: MARIA CLARA DE MORAIS GONÇALVES PEREIRA	
Endereço: DANIELES		Endereço: DANIELES	
Médico Responsável: Dr. Alisson Martins Granja Cavalcanti (CRM 5843)		Médico Responsável: Dr. Alisson Martins Granja Cavalcanti (CRM 5843)	
Especialidade: Cirúrgica		Especialidade: Cirúrgica	
TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO E ESCLARECIDO DO PACIENTE			
Considerando o artigo 59 do Código de Ética Médica e os artigos 6º III e 39 VI da Lei 8.078 (Código de Defesa do Consumidor), que garante ao paciente informações sobre seu estado de saúde, eu, _____, representante legal do (a) paciente _____, declaro, igualmente, ter sido informado de forma clara sobre a finalidade, os benefícios e os riscos do tratamento e procedimentos a que vou me submeter ou a que vai ser submetido o paciente do qual sou responsável, bem como os efeitos colaterais e outras intercorrências e anormalidades que poderão advir do mesmo.			
Procedimentos: _____			
1. _____			
2. _____			
3. _____			
(Exemplos: Procedimentos invasivos e/ou cirúrgica; Sedação, anestesia ou acompanhamento do anestesiologista; Transfusão de sangue e hemocomponentes.)			
Declaro, ainda, estar ciente de que o tratamento a ser adotado não implica necessariamente na cura e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar o(a) médico(a) a modificar condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o(a) mesmo(a) autorizado(a) desde já a tomar hospitalar se houver necessidade.			
Ademais, ainda, informo estar ciente de que o Hospital não responde por qualquer objeto e/ou valores dos pacientes e acompanhantes, tendo em vista que todos os apartamentos possuem sua própria chave, sendo, pois, de sua inteira responsabilidade.			
Assim sendo, concordo com o referido tratamento e, para tanto, assino o presente documento na presença de testemunhas. No caso de no futuro tornar-me incapaz de tomar decisões sobre minha saúde, _____, com documento de identidade nº _____, como representante			
Assinatura do paciente ou responsável legal			
RG nº: _____			
Teresina, 9 de outubro de 2017.			
Assessor			
3389495			
Declaro para os fins que se fizerem necessários que todos os documentos que me foram solicitados no momento da autorização dos procedimentos hospitalares realizados no Hospital me foram prontamente devolvidos.			
ASS. DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL			
Assessor			
CATE893			
DANIELES			
DEPARTAMENTOS DE SINISTROS			
DPVAT			
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO			
01 AGO 2018			
GENTE SEGURADORA S.A.			
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C			
Centro - Norte CEP: 64.002-470			
Teresina - PI			



Descrição Cirurgia

Paciente MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES
Prontuário 381.442
Dt. Nascto. 25/01/1999 18
Sexo Feminino
Telefone 994081417
Carácter Cir. Eletiva
Setor Centro Cirúrgico - PMA
Convênio MEDPLAN
Observação
Proced Princ. 30729041 Artrodese De Tarso E/Ou Médio Pé - Tratamento Cirúrgico

Cirurgia 19.603
Prescrição 813.046
Atendimento 938.944
Dt. Início 10/10/2017 17:45 Dt. Término 10/10/2017 19:48
Duração 123
Cirurgião Igor Damasceno Assunção Araujo
Anestesista Socorro Williana Soares Ferreira
Anestesia Raquidiana

Procedimento: 30732026 - Enxerto Ósseo

Função	Descrição	Código	Participante	CRM	Observação	Quantidade: 1
2	Cirurgião Principal	6109	Igor Damasceno Assunção Araujo	3802		
3	Primeiro Auxiliar	1474	Frederico Soares Lemos Martins	4648		
5	Anestesista	2114	Socorro Williana Soares Ferreira	1914		
6	Instrumentador	255981	Gilselia Pereira de Queiroz Santos	619595		
7	Circulante	109204	ALMERINDA PEREIRA DE OLIVEIRA	203634		

Procedimento: 30729041 - Artrodese De Tarso E/Ou Médio Pé - Tratamento Cirúrgico

Função	Descrição	Código	Participante	CRM	Observação	Quantidade: 1
2	Cirurgião Principal	6109	Igor Damasceno Assunção Araujo	3802		
3	Primeiro Auxiliar	1474	Frederico Soares Lemos Martins	4648		
5	Anestesista	2114	Socorro Williana Soares Ferreira	1914		
6	Instrumentador	255981	Gilselia Pereira de Queiroz Santos	619595		
7	Circulante	109204	ALMERINDA PEREIRA DE OLIVEIRA	203634		

Procedimento: 30729157 - Fratura E/Ou Luxações Do Pé (Exceto Antepé) - Tratamento Cirúrgico

Função	Descrição	Código	Participante	CRM	Observação	Quantidade: 1
2	Cirurgião Principal	6109	Igor Damasceno Assunção Araujo	3802		
3	Primeiro Auxiliar	1474	Frederico Soares Lemos Martins	4648		
5	Anestesista	2114	Socorro Williana Soares Ferreira	1914		
6	Instrumentador	255981	Gilselia Pereira de Queiroz Santos	619595		
7	Circulante	109204	ALMERINDA PEREIRA DE OLIVEIRA	203634		

Diagnóstico Pré-Operatório

Resumo Cirurgia

Diagnóstico Pós-Operatório

Exame Radiológico

Exame Anatomopatológico

Achados operatórios

Cirurgia

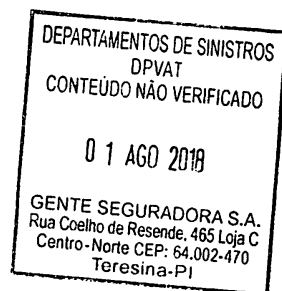
Paciente em DDH sob raquianestesia
Assepsia + antissepsia + colocação de campos estereis
Incisão longitudinal de +- 6cm em regio dorsal do 2 espaço intermetatarsal
Abertura por planos + hemostasia

Impresso em: 10/10/2017 20:01:20

Página 1

IGORD

CATE158



Dr. Frederico S. Lemos Martins
Ortopedia e Traumatologia
Cirurgia de Pé e Tornozelo
CRM-PI 4648 TEOT 14691

Socorro Williana Soares Ferreira
CRM-1914-A Anestesiista





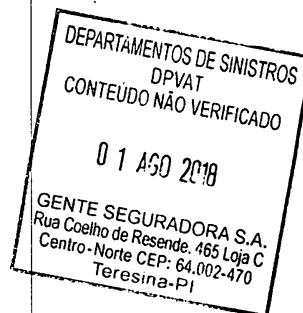
Descrição Cirurgia

Redução aberta de fratura da base do 2 e 3 MTT D e fixação com 01 placa de minimicro + parafusos sob visao direta e sob escopia
Incisao longitudinal de +- 6cm em regio dorsal do 4 espaço intermetatarsal
Abertura por planos + hemostasia
Redução aberta e fixação interna de fratura do 3 MTT D com uso de 01 parafuso e 01 fio de K sob visao direta e sob escopia.
Redução aberta e fixação interna com 01 placa de minimicro + parafusos de fratura da base do 5 MTT D sob visao direta e sob escopia
Artrodese do tarso
Limpeza com SF 0,9%
Colocação de enxerto osseo no 4 MTT D
Fechamento por planos + hemostasia
Sutura da pele + curativo esteril
Tala suropodolica D
À RPA

Sig. Tipo tempo

Dr. Minho Observação


Igor Damasceno Assunção Araújo
CRM 3802





CONSUMO DE MATERIAL EM SALA CIRÚRGICA

Procedimento	Médico	Porte	Qt d	Classificação	Lado
Fratura E/Ou Luxações (Incluindo Descolamento Epifisário Cotovelo-Punho) - Tratamento Cirúrgico Reparação Ligamentar Do Carpo	Andre Leal de Vasconcelos		1	Limpa	

02 - placa de Minimizar em titânio 2 x 4 Furos.

01 - placa de Minimizar
em titânio 2 x 5 Furos.

JOSELIA PEREIRA DO NASCIMENTO
Circulante

01 - fio de Kirschner 1-5 mm.

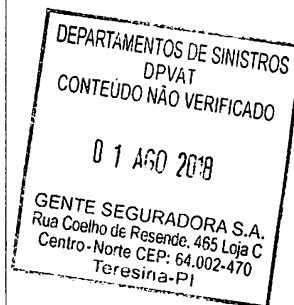
05 - parafusos de Minimizar 2.0 x 12.

05 - parafusos de Minimizar 2.0 x 14

02 - parafusos de Minimizar 2.0 x 10

03 - parafusos de Minimizar 2.0 x 28

01 - parafuso de Minimizar 2.0 x 16



prontomed

Prescrição Centro Cirúrgico

Paciente: **MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES**

Atendimento: **938.944**



Data Nasc.: **25/07/1999** 18 Anos

Prontuario: **381442**

Sexo: **F**

Convênio: **MEDPLAN**

Telefone: **994081417**

Dt. Prevista: **10/10/2017 16:30**

Procedimento Principal: **Artrodese De Tarso E/Ou Médio Pé - Tratamento**

Data Real: **10/10/2017 17:45**

Médico Cirurgião: **Igor Damasceno Assunção Araujo**

Duração: **60**

Médico Anestesista: **Socorro Williana Soares Ferreira**

Cirurgia N°: **19603**

Medicamentos	Unidad. Medid.	Quantidade
Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL	amp	1
Bextra Inj. Fa (40mg)	FA	1
Cefazolina 1g Inj.	FA	2
Clonidina Inj Ap (150 mcg/mL-1mL)	amp	1
Cloridrato de Ranitidina Inj. Ap (25mg/ml - 2ml)	amp	1
Dexametasona 4mg/ml Inj. (FA 2,5ml)	FA	1
EtileFRINA Inj. Ap (10mg - 1 ml)	amp	1
Fentanil Espinhal 0,05 mg/mL Inj. Ap - 2 mL	amp	1
Midazolam 5 mg/mL Inj. Ap-3 mL	amp	1
Neocaina Pesada 0,5% (5 mg/mL - 4 mL)	amp	1
Omeprazol Inj. Fa (40 mg Pó Liof)	FA	1
Ondansetrona Inj. Ap (4mg - 2 mL)	amp	1
Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500 ml)	Fr	3
Sulfato De Morfina 0,2mg Inj. Ap-1 mL	amp	1

Materials	Unidad. Medid.	Quantidade
Aguilha 25x7 Desc.	un	1
Aguilha 30x8 Desc.	un	1
Aguilha 40x12 Desc.	un	2
Atadura Crepom 15cmx 1,8mt (Rolo)	RI	5
Atadura Crepom 15cmx 1,8mt (Rolo)	RI	2
Atadura Crepom 20cmx 1,8mt (Rolo)	RI	2
Atadura Gessada 20cm X 4,0mt (Rolo)	RI	2
Atadura Ortopédica 15cmx 1,8mt (Rolo)	RI	2
Eletrodo Descartável	un	1
Eletrodo Descartável	un	4
Equipo Padrão (Eurofix p/ Soro Gotas Filtro)	un	1
Esparradrapo 10cmx4,5mt	cm	100
Gaze Estéril 7,5x7,5 13 Fios C/ 10 Unds	pct	7
INTROCAN G20X1 1/4"	un	1
Lâmina Bisturi N:15 Feather	un	1
Lâmina Bisturi N:24 Feather	un	1
Luva Cirúrgica Estéril 7,0	Par	3
Luva Cirúrgica Estéril 7,5	Par	2
Luva Cirúrgica Estéril 7,5	Par	3
Monocryl 3-0 9350-30XF	env	1
Mononylon 4-0 NP-44340	env	2
Polifix 2 Vias	un	1
SERINGA S/AG.05ML	un	2
SERINGA S/AG.10ML	un	2
SPINOCAN G27 (AGULHA P/ RAQUI)	un	1
Torneirinha 3 vias descartavel	un	1
Transofix	un	1

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
01 AGO 2018
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro-Norte CEP: 64.002-470
Teresina-Pi

Impresso em: 11/10/2017 04:26:23

Página 1

IGORF

CATE50



Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 05/03/2019 19:02:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19030519025178700000004260007
Número do documento: 19030519025178700000004260007

Num. 4428459 - Pág. 6

prontomed

Prescrição Centro Cirúrgico

Paciente **MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES**

Data Nasc. **25/04/1999** 18 Anos

Sexo **F**

Telefone **994081417**

Procedimento Principal **Artrodese De Tarso E/Ou Médio Pé - Tratamento**

Médico Cirurgião **Igor Damasceno Assunção Araujo**

Médico Anestesista **Socorro Williana Soares Ferreira**

Atendimento **938.944**

Prontuário **381442**

Convênio **MEDPLAN**

Dt. Prevista **10/10/2017 16:30**

Data Real **10/10/2017 17:45**

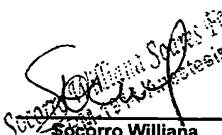
Duração **60**

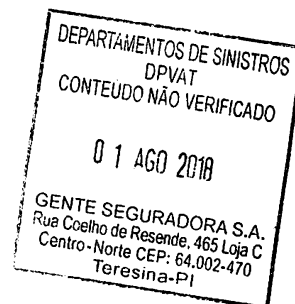
Cirurgia Nº **19603**



11 de Outubro de 2017

Assinatura Circulante


Socorro Williana
Médico Anestesista



Prontuário Eletrônico Peroperatório - PEPO

Diretor Técnico Médico:

Paciente	MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES	Dt. Entrada	09/10/2017
Data Nascto	25/01/1999	Setor	Centro Cirúrgico - PMA
Idade	18 anos	Cir Realizada	Artrodese De Tarso E/Ou Médio Pé - Tratamento
Sexo	Feminino	Cirurgião	Igor Damasceno Assunção Araujo
Convênio	MEDPLAN	Anestesista	Socorro Williana Soares Ferreira
Cód usuário	27241800	Tipo anestesia	Raquidiana
Atendimento	938944	Início cirurgia	10/10/2017
Prontuário	381442	Fim cirurgia	

Agentes anestésicos / Terapia Hidroeletrolítica / Medicamentos

Apresentação comercial	Vel / dose Medida	Hal insp/	Dose total	Bolus	Início	Final
Dormonid 5 mg/mL 3mL	Dormonid 5 mg/mL Inj. Ap-3mL	1 Ampola		S	18:00	
Fentanil espinhal 0,1mg-2ml	Fentanil Espinhal 0,05 mg/mL Inj. Ap - 2	1 Ampola		S	18:00	
Neocaina Pesada 0,5% (5 mg/mL - 4 mL)	Neocaina Pesada 0,5% (5 mg/mL - 4 mL)	1 Ampola		S	18:00	
Cefazolina 1g Inj.	Cefazolina 1g Inj.	2 Frasco-		S	18:00	
SF 0,9% - 1000 ML	Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (250	1 Bolsa		S	17:59	
Decadron 4mg/ml Inj. Frasco-ampola C/ 2,	Decadron 4mg/ml Inj. (FA 2,5 ml)	1 Frasco-		S	18:01	
Dimorf 0,2mg Inj. Ampola C/ 1 mL	Dimorf 0,2mg Inj. Ampola C/ 1 mL	1 Ampola		S	18:02	
Efortil 10mg Inj. Ampola C/ 1 mL	Efortil Inj. Ap (10mg -1 mL)	1 Ampola		S	18:00	
Omeprazol 40mg Inj. (FR 40 MG PÓ-LIOF)	Omeprazol Inj. Fa (40 mg Pó Liof)	1 Frasco		S	18:06	
Cloridrato De Ranitidina 15mg/ml Inj. Am	Cloridrato de Ranitidina Inj. Ap (25mg/m	1 Ampola		S	18:02	

Sinais Vitais e Monitorização

Ritmo	FC bpm	PAS mmHg	PAD mmHg	PAM mmHg	FR mrm	Temp C°	Sat O² %	PVC mmHg	PAE mmHg	ST	MAEC	PIC mmHg	BCF bpm
18:39 Sinusal	76	100	65	76			98						
18:20 Sinusal	80	110	75	86			97						
18:00 Sinusal	88	120	60	80			99						

Descrição

Tipo Anestesia

Adendo

- 1-IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE E PROCEDIMNTTO CIRUGICO
- 2- ANAMNESE E CHECAGEM DO JEJUM
- 3- MONITORIZAÇÃO DE PULSO, PANI, OXIMETRIA DE PULSO E CARDIOSCOPIA
- 4- VENOCISE COM JELCO N° 20 EM MSE
- 5- RAQUIANESTESIA -PAC SENTADA , PUNÇÃO MEDIANA UNICA EM L3-L4
- 6- TRANS-OPERATORIO SEM INTERCORRENCIAS E ALTA PARA SRPA

Resumo de insumos utilizados

Apresentação comercial	Dose total	Qtde consumo	Dispensado
Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL	50 ml	5 amp	0
Cefazolina 1g Inj.	2 FA	2 FA	0
Cloridrato de Ranitidina Inj. Ap (25mg/m	1 amp	1 amp	0
Decadron 4mg/ml Inj. (FA 2,5ml)	1 FA	1 FA	0
Diluyente próprio do medicamento	0 ml	0 amp	0
Dimorf 0,2mg Inj. Ampola C/ 1 mL	1 amp	1 amp	0
Dormonid 5 mg/mL Inj. Ap-3mL	1 amp	1 amp	0
Efortil Inj. Ap (10mg -1 mL)	1 amp	1 amp	0
Fentanil Espinhal 0,05 mg/mL Inj. Ap - 2	1 amp	1 amp	0
Neocaina Pesada 0,5% (5 mg/mL - 4 mL)	1 amp	1 amp	0
Omeprazol Inj. Fa (40 mg Pó Liof)	1 Fr	1 FA	0
Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (250	1 Bs	1 Fr	0
Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100	100 ml	1 Fr	0

Impresso em 10/10/2017 18:43:20

Dra. Socorro Williana Soares Ferreira (CRM 1914)

Página 1

Paciente: MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES

Setor: Centro Cirúrgico - PMA

WATE61440

BORA-

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
01 AGO 2018
COMPANHIA SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Nova Friburgo - RJ
CEP: 24.002-470
Fonesina-P1





CONSUMO DE MATERIAL EM SALA CIRÚRGICA

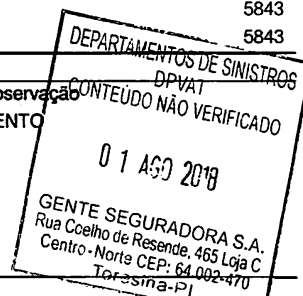
Paciente	ANTONIO FRANCISCO DA SILVA	Dt. Entrada	10/10/2017
Data Nascto	09/09/1984	Setor	Centro Cirúrgico - PMA
Idade	33 anos	Cir Realizada	Fratura E/Ou Luxações (Incluindo Descolamento
Sexo	Masculino	Cirurgião	Andre Leal de Vasconcelos
Convênio	MEDPLAN	Anestesista	Bruno Luis Soares Lima
Cód usuário	25733500	Início cirurgia	10/10/2017 16:20:00
Atendimento	939000	Fim cirurgia	10/10/2017 18:15:03
Prontuário	381479	Cirurgia	19595

Participantes

Função	Participante	Código prof
Anestesista	Bruno Luis Soares Lima	4624
Anestesista	Bruno Luis Soares Lima	4624
Circulante	JOSELIA PEREIRA DO	585838
Circulante	JOSELIA PEREIRA DO	585838
Cirurgião Principal	Andre Leal de Vasconcelos	4803
Cirurgião Principal	Andre Leal de Vasconcelos	4803
Instrumentador	DIRENE REIS DE SOUZA	392094
Instrumentador	DIRENE REIS DE SOUZA	392094
Primeiro Auxiliar	Alisson Martins Granja Cavalca	5843
Primeiro Auxiliar	Alisson Martins Granja Cavalca	5843

Equipamentos

Equipamento	Quantidade	Profissional	Observação
Carro de anestesia - PMA	1	JOSELIA PEREIRA DO NASCIMENTO	
Monitor cardíaco - PMA	1		
Oxigênio - PMA	1		
Stimuplex - PMA	1		
ULTRASSOM - PMA	1		
Perfurador Elétrico - PMA	1		



Evolução

Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
10/10/2017 16:47	10/10 16:50	Enfermeiro			JOSELIA PEREIRA DO	COREN 585838

ADMITIDO NA SO PARA TTT CIRURGICO DE FRATURA DE PUNHO, A SER REALIZADO PELO DR. ANDRÉ LEAL, PACIENTE VEIO DE MACA, CONSCIENTE, ORIENTADO, FÁSICO, COM AVP NO MSE, COM PRONTUÁRIO, SEM EXAMES, SABIDAMENTE NEGA DM, HAS, ALERGIA MEDICAMENTOSA, SUBMETIDO A ANESTESIA SEDAÇÃO+BLOQUEIO DE PLEXO, SEGUE MONITORIZADO, SOB

10/10/2017 18:44 10/10 18:45 Enfermeiro JOSELIA PEREIRA DO COREN 585838

TERMINO DO PROCEDIMENTO, PACIENTE É ENCAMINHADO PARA SRPA SOB EFEITO DE ANESTESIA BLOQUEIO DE PLEXO+SEDAÇÃO, SONOLENTO, RESPONDENDO AO CHAMADO, EM HV, SSVV ESTAVEIS, COM PRONTUÁRIO+PEDIDO DE RX PÓS-OPERATÓRIO.

10/10/2017 18:50 10/10 19:23 Técnico de

Paciente admitido na SRPA no poi de FRATURA E/OU LUXAÇÕES, sob efeito de anestesia PLEXO+SEDACAO, SSVV ESTAVEIS, consciente, calmo, orientado, monitorizado, AVP FUNCIONANTE, nega alergia medicamentosa/DM/HAS, respirando sem aporte de O², sem queixas e segue sob cuidados de enfermagem.

10/10/2017 20:45 10/10 22:24 Técnico de

.Pcte recuperado liberado para o apartamento com prontuario +exames. MARIA DO SOCORRO COREN 260036

Eventos

Início	Evento	Profissional	Código prof
16:00	Chegada do paciente no (Centro Cirúrgico)	JOSELIA PEREIRA DO	585838
16:20	Entrada do paciente na sala cirúrgica	JOSELIA PEREIRA DO	585838
16:30	Início da Anestesia	JOSELIA PEREIRA DO	585838
16:40	Início do procedimento cirúrgico	JOSELIA PEREIRA DO	585838
18:15	Fim do procedimento cirúrgico	JOSELIA PEREIRA DO	585838
18:25	Término da anestesia	JOSELIA PEREIRA DO	585838
18:43	Encaminhamento p/ SRPA	JOSELIA PEREIRA DO	585838
22:24	Saída do Setor CC	MARIA DO SOCORRO DE	260036

Procedimentos/Serviços

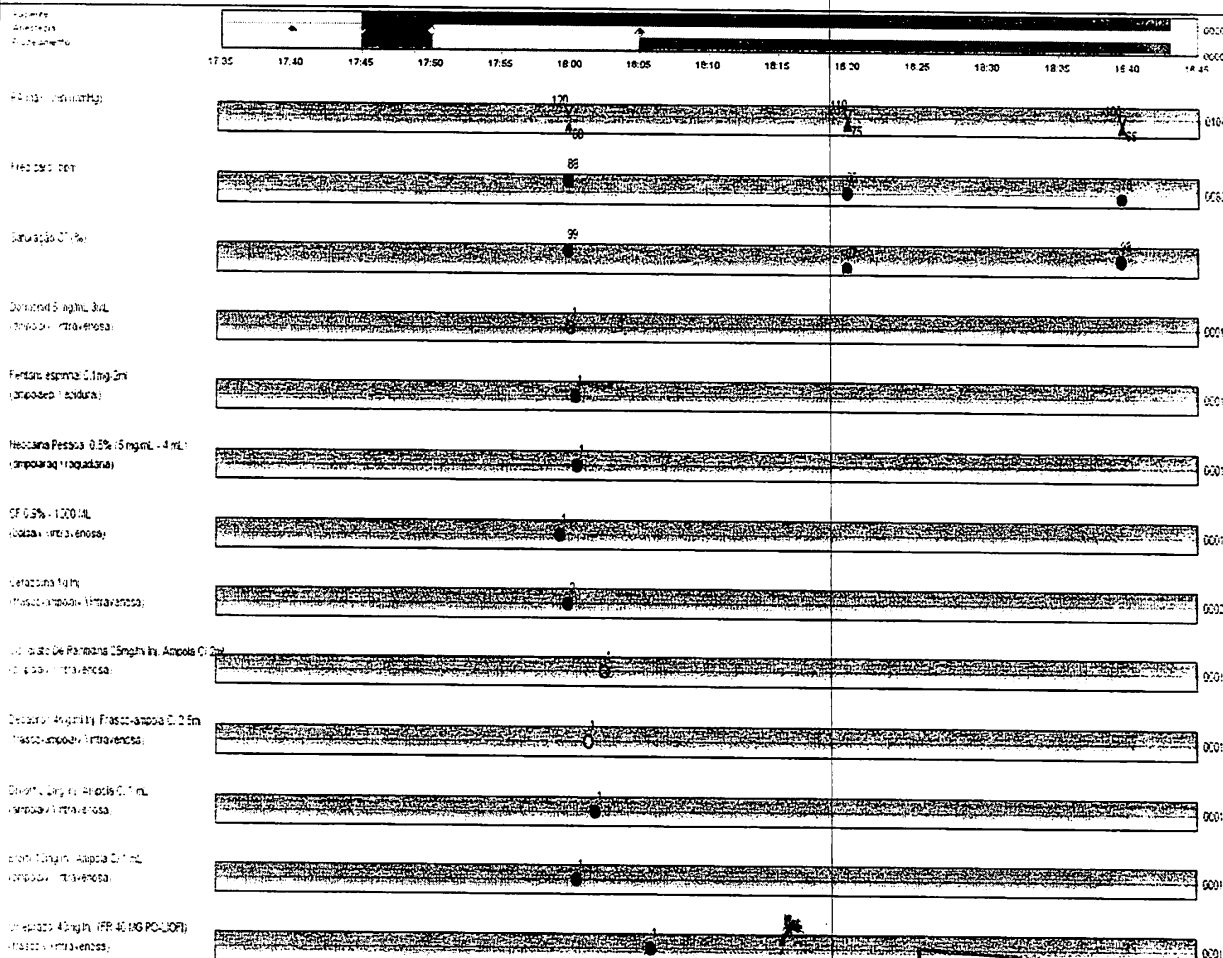
Impresso em 11/10/2017 10:15:19	Página: 1/2	CATE165
---------------------------------	-------------	---------



Gráficos do Prontuário Eletrônico Peroperatório - PEPO

Diretor Técnico Médico:

Paciente	MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES	Dt. Entrada	09/10/2017
Data Nascto	25/01/1999	Setor	Centro Cirúrgico - PMA
Idade	18 anos	Cir Realizada	Artrodese De Tarso E/Ou Médio Pé - Tratamento
Sexo	Feminino	Cirurgião	Igor Damasceno Assunção Araujo
Convênio	MEDPLAN	Anestesista	Socorro Williana Soares Ferreira
Cód usuário	27241800	Tipo anestesia	Raquidiana
Atendimento	938944	Início cirurgia	10/10/2017 17:45:00
Prontuário	381442	Fim cirurgia	



Assinado eletronicamente por: SOCORRO WILLIANA SOARES FERREIRA
CRM 1914 - Anestesista

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
01 AGO 2018
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002-470
Teresina - PI

Impresso em 10/10/2017 18:45:37

Dra. Socorro Williana Soares Ferreira (CRM 1914)

Página 1

MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES PEREIRA

Centro Cirúrgico - PMA

WATE66008

BORA-





PROCEDIMENTOS ORTOPÉDICOS

DATA: 09/10/17

RELATÓRIO

NOME: Maria Clara de Moraes Gonçalves Pereira

PRONTUÁRIO: 928 656

DIAGNOSTICO:

CONVÊNIO: MEIKERAN

TRATAMENTO: Tala gessada suprapodálica

PROCEDÊNCIA:

RAIOS X:

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

ORTOPEDISTA: - C.R.M.

SALA DE GESSO

MATERIAIS	UNID	QUANT.	MATERIAIS	UNID	QUANT.	SOLUÇÕES	UNID	QUANT.
LUVAS Nº	PAR		SALTO ORTOPÉDICO			ÉTER	ML	
LUVAS Nº	PAR		TALA METÁLICA			P.V.P.I DEGERMANTE	ML	
ATAD. ALGODÃO ORTOPÉDICO 20 CM	UNID	02	LÂMINA BISTURI			P.V.P.I TÓPICO	ML	
ATAD. ALGODÃO ORTOPÉDICO CM	UNID					ÁGUA OXIGENADA	ML	
ATAD. ALGODÃO ORTOPÉDICO CM	UNID							
ALGODÃO HIDRÓFILO	GRAMA							
ATAD. CREPON 15 CM	UNID	05						
ATAD. CREPON CM	UNID							
ATAD. GESSADA 15 CM	UNID	03						
ATAD. GESSADA CM	UNID							
ATAD. GESSADA CM	CM							
MALHA TUBULAR 10	CM	100						
GAZE 7,5 X 7,5	ENVELOPE							
ESPARADRAPO	CM	50						

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
01 AGO 2018
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002-470
Teresina - PI

ASSINATURA (TÉC. GESSO)



[illegible]

MEDPLAN

PRONTOMED ADULTO

Prescrição Eletrônica Paciente



938944

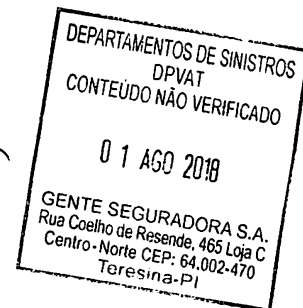
Paciente **MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES PEREIRA** Atendimento **938.944** Prontuário **381.442**
 Nascimento **25/01/1999 18a 8m 14d** Peso Convênio **MEDPLAN / APARTAMENTO**
 Data Entrada **09/10/2017 21:35:12** Liberação **09/10/2017 22:46:39** Prescrição **810243**
 Medico Resp **Dr. Alisson Martins Granja Cavalcanti (CRM 5843)** Data Prescr. **09/10/2017 22:45:00**
 Prescritor **Alisson Martins Granja Cavalcanti (CRM 5843)** Validade **09/10/2017 23:00:00 / 10/10/2017 14:59:59**
 Setor **Sala de Espera - PMA** Leito/Quarto
 CID **S92.3 Frac de ossos do metatarso**
 Diretor Técnico Médico: **Bora Bora**

Dietas **Zero após café da manhã / Contínuo / Cirurgia 16:30**

Medicamentos	Dose / Intervalo / Via	Horários	D
Soro Fisiológico 0.9% Ecoflac Frsc (1000 ml)	1 Frasco 12/12 h (12-24) IV	06 12	1°
Administrar 1000 Mililitros (12/12 h (12-24) Intravenosa)			
9 Cloridrato de Ranitidina Inj. Ap (25mg/ml - 2ml)	1 Ampola 8/8 h. IV	06 14	
Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL			
Administrar 12 Mililitros (8/8 h. Intravenosa)			
Plamet Inj. Ap (5mg/ml-2ml)	1 Ampola ACM IV		
Separar 1 Ampola do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL			
Administrar 10 Mililitros (ACM Intravenosa)			
12 Dipirona Sodica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)	1 Ampola 6/6 h. IV	06 12	
Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL			
Administrar 12 Mililitros (6/6 h. Intravenosa)			
Profenid Iv Fr 100mg Inj.	1 Frasco-ampola 12/12 h (12-24) IV	06 12	
Separar 1 Frasco-ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)			
Administrar 100 Mililitros (12/12 h (12-24) Intravenosa) em 20 minutos			
Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL	1 Ampola 3x ao dia IV	06 12 18	
Separar 1 Ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)			
Administrar 100 Mililitros (3x ao dia Intravenosa)			

Dr. Alisson Martins Granja Cavalcanti
CRM 5843

Dr. Alisson Martins Granja Cavalcanti
CRM 5843
ORIGEM E TRANSMISSÃO
Cirurgia do Ombro e Braço



938944

[illegible]

0208NA

[illegible]

Administrado medicamentoso: Códigos de identificação de medicamentos: 8102435ARA MONTEIRO SOARES/10/10/2017 14:00:00					
Medicamentos Administrados	S23	S23 Fm de casos do medeluso	Preliminar	Atisson Martins Gomes Cavalcanti -3904	

Sora Filadelfico 0,8% Escalae	10/01/17 06:10:43	1 IV	SARA MONTONE SOARES
Sora Filadelfico 0,8% Escalae	10/01/17 12:10:46	1 IV	FRANCIELE LUCIELA DA
Diploma Solicita Inq. Ap	10/01/17 09:10:54	1 IV	FRANCIELE LUCIELA DA
Diploma Solicita Inq. Ap	10/01/17 08:11:41	1 IV	SARA MONTONE SOARES
Processo Judicial 13-10-05	10/01/17 13:10:55	1 IV	

Corposa social inj. ap	10/01/17 12:10:36	1 IV	FRANCILENE LOBELA DA
Proteína inj. 100mg inj.	10/01/17 08:11:16	1 IV	SARA MONTEIRO SOARES
Proteína inj. 100mg inj.	10/01/17 12:10:36	1 IV	JAQUELINE DA SILVA REBO
Tetralol 100 mg2 mL inj Ap-2 mL	09/01/17 23:27:43	1 IV	FRANCILENE LOBELA DA
Tetralol 100 mg2 mL inj Ap-2 mL	10/01/17 08:11:47	1 IV	

Cloridrato de Remifemida inj. 40	1 IV	FRANCILENE LPELVA DA SARA MONTEIRO SOARES
Cloridrato de Remifemida inj. 40	1 IV	

DE SINISTRO
AT
VERIFICAD
2018
ADORA S
ende. 465 Loj
P: 64.002-47
a-PI

TAMENTOS
 DPVA
 EUDO NÃO
 0 1 AGO
 E SEGUR
 elho de Rese
 o-Norte CEI
 Teresin

DEPAR
CONT

GENT
Rua Co
Centr

Impresso em: 11/10/2017 18:48:08	Página: 2	NALAC	CATEIBI
Desktop:	Server:		

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

01 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro-Norte CEP: 64.002-470
Teresina-PI

prontomed

PRONTOMED ADULTO
Prescrição Eletrônica Paciente



938944

Paciente **MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES PEREIRA**
 Nascimento **25/01/1999** **18a 8m 15d** **Peso**
 Data Entrada **09/10/2017 21:35:12**
 Médico Resp **Dr. Alisson Martins Granja Cavalcanti (CRM 5843)**
 Prescritor **Igor Damasceno Assunção Araujo (CRM**
 Estor **Posto Ilhas - PMA**
 ID **S92.3 Frat de ossos do metatarso**
 Autor Técnico Médico:

Atendimento **938.944** Prontuário **381.442**
 Convenio **MEDPLAN / APARTAMENTO**
 Liberação **10/10/2017 19:55:58** Prescrição **813387**
 Data Prescr **10/10/2017 19:51:00**
 Validade **10/10/2017 20:00:00 / 11/10/2017 14:59:59**
 Leito/Quarto **BORA-BORA**

Medicamentos: **Contínuo**

1 Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (250 ml) 1 Frasco 12/12 h (12-24) IV

Administrar 250 Mililitros (12/12 h (12-24) Intravenosa)

7 KEFAZOL 1G INJ. 1 Frasco-ampola 6/6 h. IV

Reconstituir cada Frasco-ampola em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL
 Administrar 10 Mililitros (6/6 h. Intravenosa)

Justificativa: **pos op**

9 Zofran Inj. Ap (8mg - 4 ml) 1 Ampola ACM IV

Separar 4 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL
 Administrar 14 Mililitros (ACM Intravenosa)

2 Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL) 1 Ampola 6/6 h. IV

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL
 Administrar 12 Mililitros (6/6 h. Intravenosa)

Profenid Iv Fr 100mg Inj. 1 Frasco-ampola 12/12 h (12-24) IV

Separar 1 Frasco-ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)
 Administrar 100 Mililitros (12/12 h (12-24) Intravenosa) em 20 minutos

Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL 1 Ampola 8/8 h. IV

Separar 1 Ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)
 Administrar 100 Mililitros (8/8 h. Intravenosa)

3 Omeprazol Cp (20 mg) 1 Cápsula Antes Cafe 6h - Manhã VO

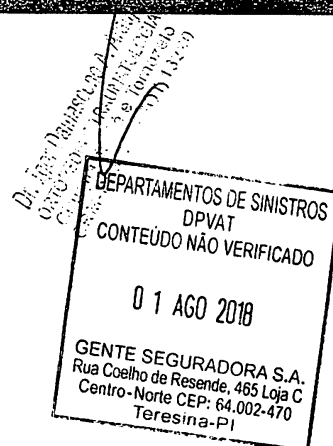
Procedimentos/Serviços/Exames: **Orç. Antecipado**

1 RX Pé 1 Vez 20

AP + P + O

Lado: Direito

Igor Damasceno Assunção Araujo
CRM 3802



Impresso em: 10/10/2017 19:56:19

Página 1

IGORD

CATE144



PRONTOMED ADULTO

Prescrição Eletrônica Paciente



938944

prontomed

Paciente **MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES PEREIRA** Atendimento **938.944** Prontuário **381.442**
Nascimento **25/01/1999 18a 8m 15d** Peso Convênio **MEDPLAN / APARTAMENTO**
Data Entrada **09/10/2017 21:35:12** Liberação **10/10/2017 09:48:37** Prescrição **811368**
Medico Resp **Dr. Alisson Martins Granja Cavalcanti (CRM 5843)** Data Prescr. **10/10/2017 09:47:00**
Prescritor **Vinicius Ribeiro Dias (CRM 6840)** Validade **10/10/2017 15:00:00 / 11/10/2017 14:59:59**
Setor **Posto Ilhas - PMA** Leito/Quarto **BORA-BORA**
CID **S92.3 Frat de ossos do metatarso**

Diretor Técnico Médico:

Jejum
Objetivo **Tipo Jejum** **Regra Inicio/Fim** **Data Evento** **Evento** **Hora Ant** **Hora** **Data Inicio** **Data Fim**
Realização de Cirurgia **Jejum** **em relação à cirurgia** **10/10/2017** **Artrodese** **10/10/2017** **11/10/2017**

Medicamentos **Dose / Intervalo / Via** **Horários** **D**

1 Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (1000 ml) 1 Frasco 12/12 h (12-24) IV 00 12 2°

Administrar 1000 Mililitros (12/12 h (12-24) Intravenosa)

3 Clonidrato de Ranitidina Inj. Ap (25mg/ml - 2ml) 1 Ampola 8/8 h. IV 22 06 14

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Plamet Inj. Ap. (5mg/ml-2ml) 1 Ampola ACM IV ACM

Separar 1 Ampola do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

12 Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL) 1 Ampola 6/6 h. IV 18 00 06 12

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Profenid Iv Fr 100mg Inj. 1 Frasco-ampola 12/12 h (12-24) IV 00 12

Separar 1 Frasco-ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)

Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL 1 Ampola 3x ao dia IV 15 23 07

Separar 1 Ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)

Dr. Vinicius Ribeiro Dias
CRM 6840

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
01 AGO 2018
GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro-Norte CEP: 64.002-470
Teresina-PI

Impresso em: 10/10/2017 09:48:48

Página 1

VINICIUSR

CATE144



prontomed

PRONTOMED ADULTO
Prescrição Eletrônica Paciente



938944

Paciente: **MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES PEREIRA** Atendimento: **938.944** Prontuário: **381.442**
Nascimento: **25/01/1999 18a 8m 16d** Peso: Convênio: **MEDPLAN / APARTAMENTO**
Data Entrada: **09/10/2017 21:35:12** Liberação: **11/10/2017 01:23:31** Prescrição: **813691**
Médico Resp: **Dr. Alisson Martins Granja Cavalcanti (CRM 5843)** Data Presc: **11/10/2017 01:23:00**
Prescritor: **Italo Placido Lima (CRM 5911)** Validade: **11/10/2017 15:00:00 / 12/10/2017 14:59:59**
Setor: **Posto Ilhas - PMA** Letto/Quarto: **BORA-BORA**
CID: **S92.3 Frat de ossos do metatarso**
Diretor Técnico Médico:

Procedimentos/Serviços/Exames

1 Sonda Vesical de Alívio (SVA) nº 12

Agora.

01:23

Dr. Italo Placido Lima
CRM 5911

Dr. Italo Placido Lima
Médico CRM-PI 5911

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

01 AGO 2018

GENTE SEGURADORA S.A.
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
Centro - Norte CEP: 64.002-470
Teresina-Pi



 PRONTOMED ADULTO Sumário de alta/Transferência	
Paciente MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES Data Nasc. PEREIRA 25/01/1999 18 Anos Sexo Feminino Setor Posto Ilhas - PMA	Atendimento 938.944 Prontuário 381.442 Dt. Entrada 09/10/2017 21:35:12 Convênio MEDPLAN Apartamentos BORA-BORA
Data Alta 11/10/2017 07:42:07 Profissional ALISSON MARTINS GRANJA CAVALCANTI Motivo Alta Alta melhorado Setor Responsável Alta IGOR DAMASCENO ASSUNÇÃO ARAUJO Necropsia Causa da Morte	Data Liberação 11/10/2017 07:42:16 Tipo Sumário Alta
Resumo <p>1 dia pos operatorio de osteossintese do 2, 3, 4 e 5 MTT D.</p> <p>Paciente sem queixa algica, boa perfusao periferica, sem deficit neurovascular.]Ferida operatoria limpa e seca, sem sinais de infecção. Sem sinais de TVP. Sem sinais de síndrome compartimental.</p> <p>CD: ALTA HOSPITALAR Receita com cefadroxila + xarelto + analgesicos Retorno ambulatorial Retorno no PS se necessario Medidas antitromboticas. Tala suropodalica D sem carga</p>	

Dr. Igor Damasceno Assunção Araújo
 Ortopedista e Traumatologista
 CRM: 3402 (GO) R. 13.110

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
 DPVAT
 CONTEÚDO NÃO VERIFICADO
 01 AGO 2018
 GENTE SEGURADORA S.A.
 Rua Coelho de Resende, 465 Loja C
 Centro-Norte CEP: 64.002-470
 Teresina-PI



10/10/17 - 15/10/17

93894
ISTROS
CADO

01 AGO 2018

[illegible][illegible]

820944

[illegible]

Emissão do Laudo:



Nome: MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES PEREIRA
Dt. Nasc: 25/01/1999 Idade: 18 anos Sexo: Feminino RG: 3919090 CPF:
Médico Solicitante: Igor Damasceno Assunção Araujo
Atendimento: 1079536 Prescrição: 917646
Data: 23/11/2017 07:50:19

RX DIGITAL DO PÉ DIREITO (03 INC.)

ACHADOS:

Placa e parafusos metálicos de fixação nas regiões metaepifisárias e epifisárias proximais dos 2º, 3º e 5º metatarsos.

Fratura antiga consolidada na região metadiafisária proximal do 4º metatarso.

Fio metálico de fixação no 4º raio.

Interlinhas e superfícies articulares: íntegras.

Partes moles sem alterações radiológicas.

CONCLUSÃO:

1. PLACA E PARAFUSOS METÁLICOS DE FIXAÇÃO NAS REGIÕES METAEPIFISÁRIAS E EPIFISÁRIAS PROXIMAIS DOS 2º, 3º E 5º METATARSOS;
2. FRATURA ANTIGA CONSOLIDADA NA REGIÃO METADIAFISÁRIA PROXIMAL DO 4º METATARSEANO;
3. FIO METÁLICO DE FIXAÇÃO NO 4º RAO;
4. Ausência de outras anormalidades detectáveis pelo método.

OBS: Tala gessada.



Luciana Vianna
Dra. Luciana Vianna
CRM 2591



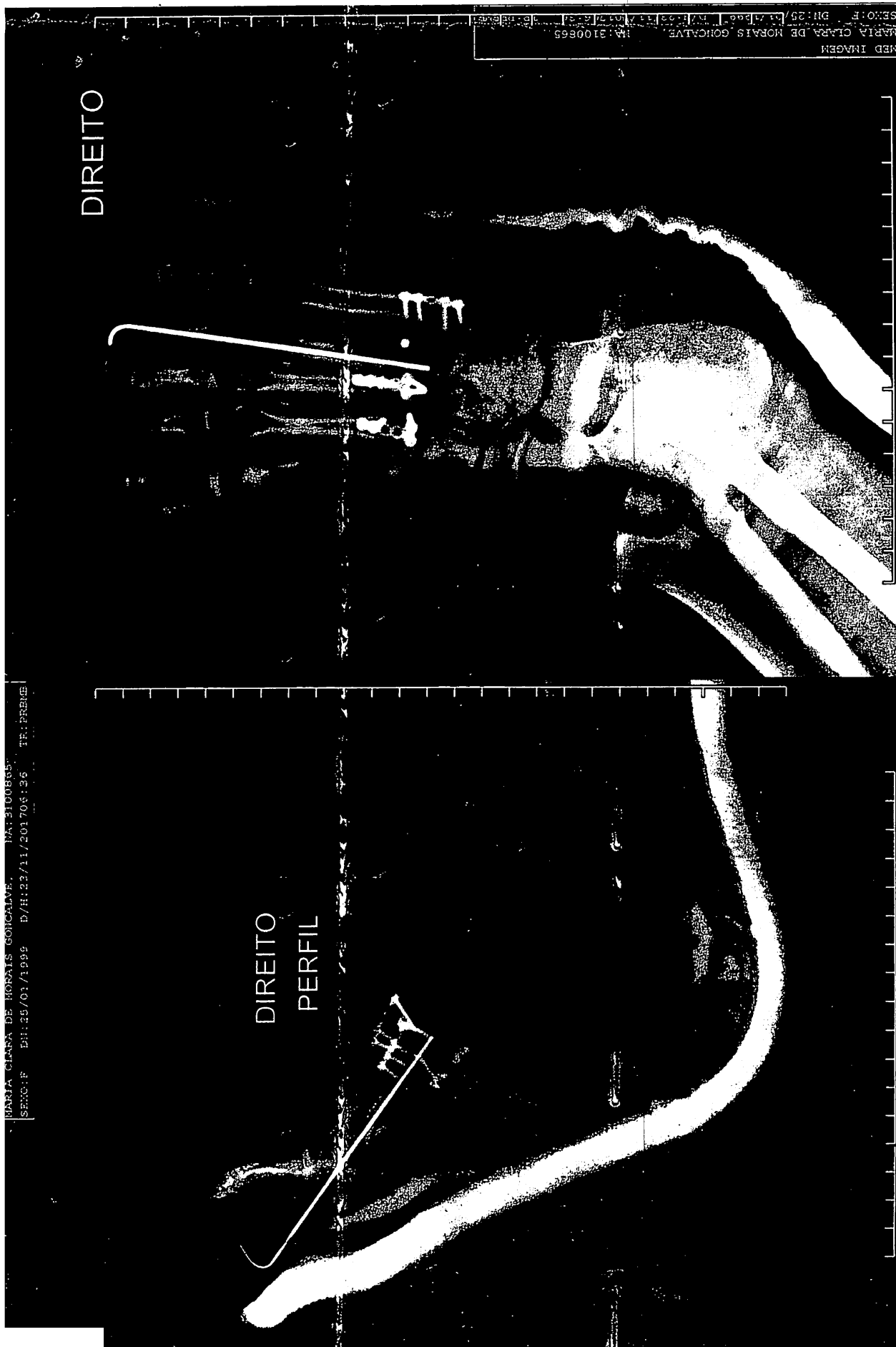
Rua Paissandu, 1862 - Teresina - Piauí
Fone: (86)3131.1234 Fax: (86)3223.4826
E-mail: falecom@medimagem.com.br
Visite nosso site: www.medimagem.com.br

OIO: GENIRA MARIA REIS DE ALENCAR

ina: 1

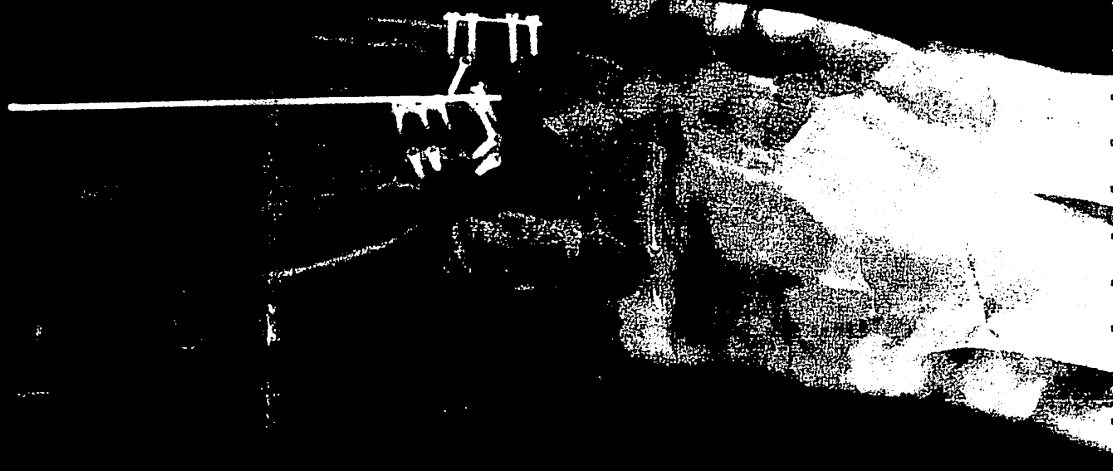








DIREITO



ED IMAGEM
RIA CLARA DE NOBATS GONCALVES, MA:3100865
MO:F DH:25/11/2019 19:02:51

DIREITO



D IMAGEM
RIA CLARA DE NOBATS GONCALVES, MA:3100865
MO:F DH:25/11/2019 19:02:51

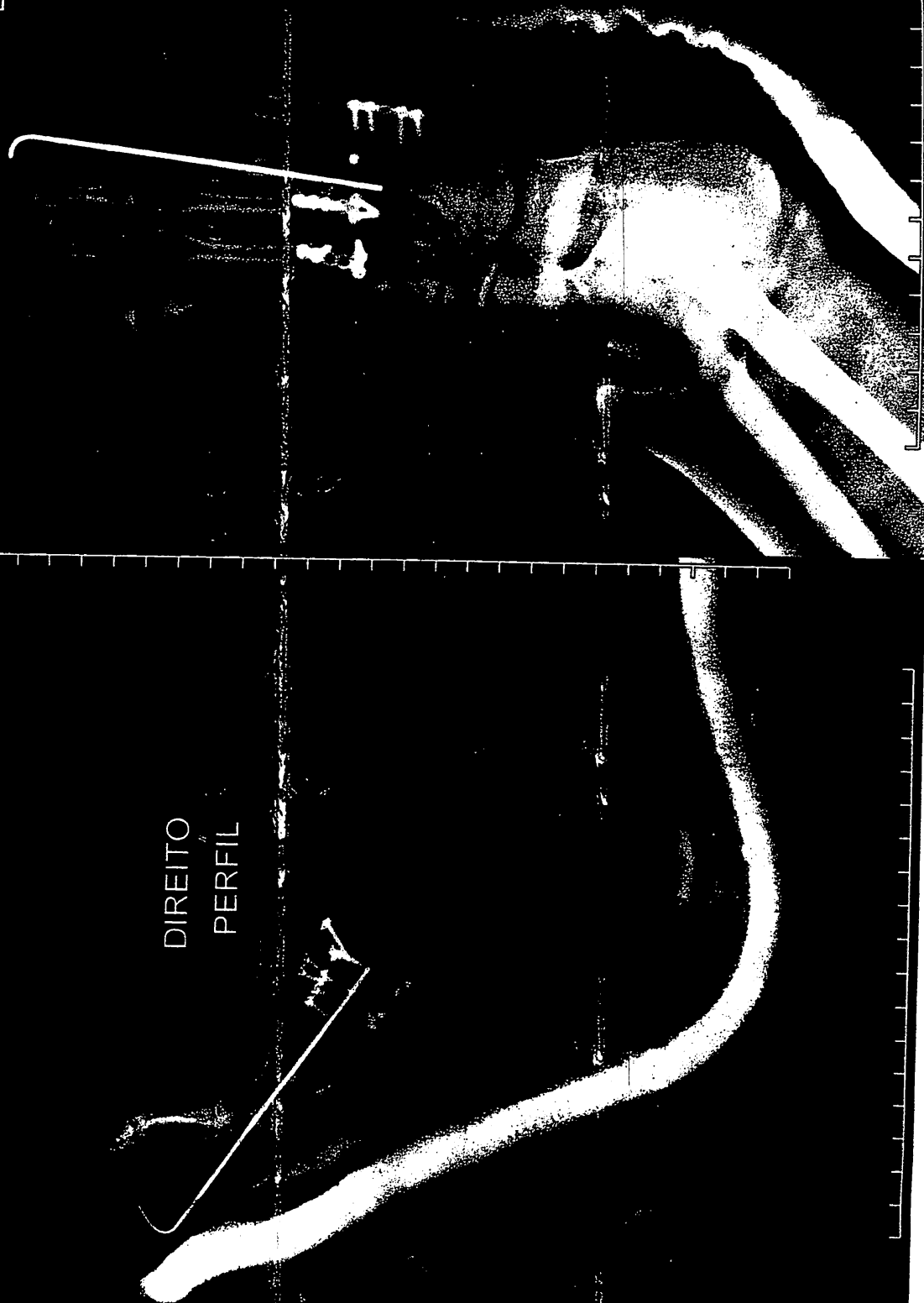


[Illegible text due to extreme noise and low contrast]



DIREITO

DIREITO
PERFIL



DIREITO

DIREITO



Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES PEREIRA**

Nº Sinistro: **3180392849**

Vítima: **MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES PEREIRA**

Data do Acidente: **09/10/2017**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180392849**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13283026

Pag. 01695/01696 - carta_01 - INVALIDEZ



Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES PEREIRA

Sinistro: 3180392849

Vítima: MARIA CLARA DE MORAIS GONCALVES PEREIRA

Data do Acidente: 09/10/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA

Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o número **3180392849** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00041/00042 - carta_02 - INVALIDEZ



Carta nº 13297255

